

ANC
CPEC

Sarney não enviará anteprojeto à Constituinte

BRASÍLIA — Aplausos, restrições, interesse e desprezo foram os sentimentos que acompanharam ontem, na sociedade e no Governo, a solenidade de encerramento dos trabalhos da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, que entregou ao Presidente José Sarney uma proposta de Constituição composta de 468 artigos, cujo destino somente a Assembleia Constituinte definirá. Sarney disse ontem que não enviará o anteprojeto à Constituinte, a menos que os deputados e senadores encarregados de elaborar a nova Carta peçam. As restrições ao anteprojeto se estendem do Governo que criou e manteve a Comissão por um ano, ao custo de Cz\$ 7,3 milhões, à Central Única de Trabalhadores (CUT) e, com especial intensidade, são feitas pela classe empresarial. A Ordem dos Advogados do Brasil simplesmente ignora a Comissão Afonso Arinos, enquanto a CNBB manifesta interesse pelas sugestões do grupo.

Entre os conceitos ouvidos em diversos setores da sociedade, sobre as conclusões a que chegou a Comissão em 105 horas da reunião, revela-se unânime o ponto-de-vista de que os 49 conselheiros que subscreveram o texto final produziram, acima de tudo, uma proposta polêmica.



Sarney e seus Ministros, além do Deputado Fernando Lyra, ex-Ministro da Justiça, ouvem o discurso de Arinos

Arinos destaca momento histórico

BRASÍLIA — A mudança brasileira será em breve, ou não será, e se o Governo não a fizer terá perdido "sua oportunidade histórica", afirmou ontem o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, em seu discurso durante a solenidade de entrega do anteprojeto elaborado pela Comissão. O Presidente José Sarney, respondeu num improviso: "Mestre Afonso Arinos disse que é necessária a grande mudança, afirmando que esta será muito em breve ou não será. Com determinação, eu afirmo: será".

Sem usar nenhuma vez a palavra "projeto" — referiu-se às conclusões dos estudos da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais como "relatório" e "acervo de contribuições" — Sarney disse que "o aproveitamento das ricas sugestões" será obra da Constituinte, "em sua indelegável soberania", deixando claro que não as encaminhará à Assembleia como propostas do Governo.

O relatório da Comissão é muito mais do que uma proposta. É um acervo de contribuições para a reflexão dos futuros integrantes da Assembleia Nacional Constituinte — disse o Presidente, acrescentando que o documento contém inovações e encerra sugestões dos mais diversos setores da sociedade.

A questão da destinação do projeto fora abordada com elegância por Arinos que, em seu discurso, deixou claro que não espera transformá-lo numa proposta do Executivo:



O Presidente condecora o jurista Afonso Arinos, que presidiu a Comissão

— Não reivindicamos nenhum tratamento, nenhum destino para o nosso trabalho. Apenas o defendemos, em qualquer pretório, quando nos parecer conveniente — afirmou. Ponderou, contudo, que, seja ou não o anteprojeto enviado à Constituinte, "o inevitável é que ela o absorva como um dos seus mais importantes documentos de consulta. As crises políticas, institucionais e sociais vividas pelo país nos últimos

50 anos foram lembradas nos dois discursos. Recordando o 40º aniversário da Constituição de 1946, Sarney referiu-se às crises dizendo que hoje vivemos "uma crise de nossa própria identidade e de nossas inquietações cívicas". Segundo ele, muitas dessas inquietações estão refletidas no trabalho da Comissão. Arinos atribuiu o meio século de crises em um século de República "a forma imitada e mal aplicada do Go-

verno presidencial". O Presidente da Comissão deu um tom marcantemente social a seu discurso, insistindo na necessidade das mudanças, a fim de propiciar "a integração gradativa do povo no Estado, do nosso povo que tem mais de 30 milhões de pessoas praticamente alheias à ação do Estado". Fez ainda uma comparação com o processo da Abolição da Escravatura: "As favelas de hoje são como as senzalas de ontem", afirmou.

A Comissão encerrou seus trabalhos oficialmente na manhã de ontem, em sessão solene no Ministério da Justiça, sob a Presidência do Ministro Paulo Brossard ao lado de Afonso Arinos. Presente às duas solenidades, o ex-Ministro da Justiça Fernando Lyra — autor do decreto de criação da Comissão —, prometeu lutar na Constituinte pela aprovação das propostas. Os três Ministros integrantes da Comissão Arinos — além de Brossard, os Ministros da Cultura, Celso Furtado, e da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães —, que se afastaram dos trabalhos ao assumirem os cargos, compareceram à entrega do projeto e também o assinaram.

Com exceção de Lyra, nenhum deputado ou senador compareceu às solenidades de ontem. No Palácio do Planalto, estiveram as mulheres de alguns conselheiros, além da família de Arinos. A sala de audiências do gabinete presidencial foi pequena para todos.

Planalto não envia texto à Assembleia

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney não encaminhará à Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita em novembro, o anteprojeto de Constituição elaborado pela Comissão Provisória para Estudos Constitucionais que ele criou em julho do ano passado. O Presidente entende que a Constituinte é livre e soberana para fazer seu próprio projeto, e ele não pode interferir nos trabalhos do Legislativo.

A posição de Sarney foi transmitida pelo Porta-Voz do Palácio do Planalto, Fernando César Mesquita, depois de solenidade em que o jurista Afonso Arinos entregou o documento final da Comissão ao Presidente. Fernando César explicou que Sarney só enviará o anteprojeto a pedido dos constituintes.

O Governo não pode encampar o anteprojeto nem a título de sugestões aos constituintes porque seria uma interferência indevida do Executivo ao Legislativo — justificou o Porta-Voz.

Empresários consideram anteprojeto estatizante e falho na ordem social

BRASÍLIA — Estatizante demais. É como a maior parte do empresariado, representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), define o anteprojeto da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais. O Presidente da CNI, Albano Franco, e o Presidente eleito da Fiesp, Mário Amato, criticam o capítulo referente à ordem econômica e também alguns dispositivos da ordem social, apoiando o conselheiro Luís Eulálio Vidigal, que teve algumas de suas propostas derrotadas na Comissão.

Amato afirma que o trabalho prevê a possibilidade de instituição de reserva de mercado em outras áreas da indústria nacional, o que, em sua opinião, "é um drama". Para ele, a indústria nacional precisa de proteção, mas não por este tipo de dispositivo constitucional, e sim por tarifas, e apenas durante um certo tempo.

— Há uma desconfiança generalizada. Será que vamos ter um capita-

lismo de Estado, um socialismo ou uma democracia ampla e irrestrita? — indaga o empresário.

Também não agradaram aos empresários os dispositivos que ampliam o direito de greve e reduzem a jornada semanal de trabalho para 40 horas. Amato discorda do direito de greve para as categorias vinculadas às atividades essenciais:

— A população merece respeito e não é possível, por exemplo, deixar crianças morrerem porque os médicos estão em greve.

Quanto à redução da jornada de trabalho, ele considera uma tendência natural do mundo, mas sustenta que isso não pode ser feito de uma hora para outra, e sim progressivamente.

Amato critica também o tamanho do projeto — mais de 400 artigos, que ainda não teve tempo de ler totalmente —, afirmando que não há Constituição no mundo que comporte tantos detalhes.

Faoro denuncia a divisão do comando

BRASÍLIA — "Isto é elocubração que não tem nada a ver com o debate constitucional", afirma o constitucionalista Raymundo Faoro sobre o anteprojeto apresentado pela Comissão Provisória para Estudos Constitucionais. Faoro, que considera a Comissão "elitista e fundamentalmente errada", critica a forma de Governo proposta pelos notáveis, o "dualismo de complementaridade".

— Acho que a Comissão está querendo o loteamento do latifúndio, dividindo o poder entre as pessoas que já estão com ele — diz o jurista, acrescentando que a fórmula, um misto de presidencialismo e parlamentarismo, pretende "sacralizar o que aí está".

Em sua opinião, o regime proposto é "perigoso", pois continuará mantendo a concentração de poder e estabelecendo dificuldades para a alternância de poder. De acordo com Faoro, a ideia da dualidade — as atribuições do Executivo ficam divididas entre o Presidente da República e um Presidente de Conselho — "apenas divide os comandos entre os que estão comandando".

Também o capítulo referente aos direitos do cidadão, engrossado pela Comissão com novos dispositivos, não impressionou o constitucionalista: "As declarações de direito têm um sabor de Século 18", ironiza. Crificou também o detalhamento excessivo do projeto, em mais de 400 artigos, como se fosse "um tratado".

— Não se pode querer regular tudo na Constituição, que deve conter o mínimo necessário — observa.

Jurista: Aplicação da Carta é gradual

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos, preferiu não comentar algumas críticas ao anteprojeto, mas afirmou que "a Constituição não é feita para ser aplicada em todos os seus termos, e sim para ser uma norma que progressivamente vai se tornando possível aplicar".

— Estamos atravessando uma fase de transição, de crise, e não se pode fazer uma Constituição para cada etapa da crise.

A declaração do jurista foi a resposta a uma indagação sobre a aplicabilidade das normas contidas no anteprojeto, como por exemplo as do capítulo relativo aos direitos individuais. Quanto às restrições do Governo e do empresariado à mudança do regime presidencialista para semiparlamentarista e ao caráter estatizante do texto, Afonso Arinos disse que se procurou oferecer condição para que a economia esteja ligada ao progresso social.

Arinos acredita que o anteprojeto será aperfeiçoado pelo futuro Congresso.

Para o jurista, o tamanho do anteprojeto — 568 artigos, incluindo as disposições transitórias — não tem nada que ver com seu significado. Ressaltou que a Constituição americana não é aquele texto aprovado na Convenção de Filadélfia contendo poucas páginas: "a Constituição Americana é toda a Jurisprudência da Suprema Corte".

Presidente reage à sugestão de extinguir o TFR

BRASÍLIA — "Estou certo de que o futuro deste Tribunal, no conjunto de nosso futuro ordenamento constitucional, não será preservado apenas pelo penhor de sua atuação; será ampliado como garantia de nossas conquistas democráticas", declarou ontem o Presidente José Sarney, ao discursar na solenidade de comemoração dos 40 anos do Tribunal Federal de Recursos.

Essa afirmação foi uma crítica velada à sugestão — que uma hora depois ele receberia no bojo do anteprojeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos — de extinção do TFR e criação do Superior Tribunal de Justiça.

Mas o Governo fará restrições a outra inovação proposta pela Comissão Afonso Arinos, que amplia o grau de estatização da economia. Comentava-se ontem no Planalto que a orientação da Comissão gerou equívocos capazes de prejudicar projetos de desenvolvimento nacional.

Um colaborador direto de Sarney revelou que o Planalto vem recebendo com frequência manifestações de

inquietação de investidores estrangeiros que pretendem aplicar recursos no Brasil. Esses investidores, de acordo com o informante, estariam dispostos a aguardar que a Constituinte estabeleça os novos parâmetros da economia brasileira. E, se a tendência estatizante for confirmada, vão procurar outros países que privilegiem o livre mercado.

O Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, afirmou que é contra o princípio do "dualismo de complementariedade" estabelecido no anteprojeto, que copiaria o parlamentarismo francês. Maciel considera o parlamentarismo inadequado para uma nação sem partidos sólidos, como é o caso do Brasil.

Já o Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, que foi membro da Comissão Afonso Arinos, preferiu destacar as virtudes de proposta, acentuando que ela provocará o debate de questões polêmicas, tais como o sistema de Governo, iniciativa privada, papel das Forças Armadas e limite de direitos pes-

soais. O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, também admitiu que faz restrições a algumas propostas do projeto, mas se recusou a citá-las.

O Presidente do Tribunal Federal de Recursos, Washington Bolívar de Brito, durante a solenidade comemorativa dos 40 anos do TFR, manifestou sua preocupação com a tese esboçada pela Comissão Arinos a favor da extinção do TFR.

— Pena que tenha que fazer a crônica dessa morte anunciada. Atribui-se a morosidade da Justiça à lentidão dos julgamentos, quando não à preguiça ou desentusiasmo de alguns juizes, mas se os Tribunais ainda não se libertaram de tais defeitos não é menos verdade que essa lentidão resulta de leis processuais multiplicadoras de recursos e propiciadoras da chicana de que se valem os próprios órgãos da administração direta e descentralizada do Estado, aumentando-lhes a espera e o sofrimento dos aflitos, desatendendo até a mais reiterada e pacífica jurisprudência dos Tribunais.

Sociedade civil critica. Mas CNBB reconhece mérito

BRASÍLIA — Das entidades da sociedade civil que criticaram a criação da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, por julgá-la elitista, apenas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passou a ter uma opinião favorável ao produto de seus trabalhos, considerando que o projeto tem propostas inovadoras e é um bom ponto de partida para as discussões. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), segundo seu presidente Herman Baeta, prefere ignorar o anteprojeto. Apontando falta de respaldo popular, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também não se entusiasma com a proposta, assim como a Asso-

ciação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), que faz críticas ao capítulo da educação.

Agradou à CNBB, principalmente, a valorização dos direitos do cidadão, expressa no projeto com a criação de novos direitos, como o *habeas data* — direito à informação e à rejeição de qualquer tipo de discriminação. Além disso, segundo D. Luciano, o trabalho demonstra "um teor social bem maior do que as Constituições precedentes".

Assim como a OAB, a CUT continua mantendo a crítica de que "uma comissão de notáveis não pode substituir a população". Para o dirigente Jacó Bittar, "o Governo está afastando o povo do processo constituinte".

Por isso, afirma que "de nada adianta" o surgimento de propostas da Comissão favoráveis aos trabalhadores, como a diminuição da jornada de trabalho semanal para 40 horas.

Apesar de ter seu Presidente, José Francisco da Silva, entre os integrantes da Comissão, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) considera o projeto apenas razoável e mesmo tímido na parte referente à reforma agrária.

O Presidente da Contag reconhece, no entanto, que o projeto avançou em relação à atual Carta, embora esteja aquém daquilo que defendem os trabalhadores rurais.